

Assembleia Constituinte: comissão é técnica, partidos mobilizam

BRASILIA — O papel a ser desempenhado pela Comissão Pré-Constituinte será eminentemente técnico, de seleção de temas e ordenamento jurídico. Caberá aos partidos o trabalho político de promover o debate nacional sobre a Constituição, mobilizar a população e esclarecer o que será a Constituinte.

A informação foi dada pelo Presidente José Sarney ao Conselho Político do Governo — formado pelo Líderes da Aliança Democrática e os Ministros da Justiça e Chefe do Gabinete Civil —, conforme informou o Líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli. Durante a reunião, o Presidente deixou claro, segundo o Líder, que caberá aos partidos definir quando e de que forma será convocada a Assembleia Nacional Constituinte.

Em nenhum momento — revelou Chiarelli —, o Presidente disse que será ele quem convocará a Constituinte. Durante todo o tempo Sarney assumiu a postura de um estimulador do processo. Mas será de competência do Presidente a nomeação dos integrantes da Comissão Pré-Constituinte. Segundo Chiarelli, Sarney fará uma escolha, "a mais eclética possível" e, em sua maioria, a Comissão será constituída de juristas especialistas em direito Constitucional. Chiarelli explicou porque o Presidente não criou ontem a Comissão Pré-Constituinte:

— Ele está agora desenvolvendo o trabalho que o Presidente Tancredo Neves realizou durante a campanha eleitoral, de montagem do projeto político, pois não se preparou para ser Presidente da República, mas Vice. Ele concorda com a música, mas não pode começar pelo meio sem mesmo conhecer a partitura — disse

Durante a reunião do Conselho Político, o Presidente Sarney revelou que já havia determinado aos Presidentes dos partidos que integram a Aliança Democrática — Ulysses Guimarães, do PMDB, e Jorge Bor-

nhausen, do PFL — que iniciassem contatos com os Presidentes dos demais partidos visando a discussão do pacto político, que é o compromisso com a consolidação do regime democrático.

Sarney reservou, segundo Chiarelli, um papel de destaque ao Presidente Ulysses Guimarães. Ele será uma espécie de coordenador dos entendimentos entre os partidos. Na reunião, Sarney falou também do trabalho a ser desenvolvido pelo Presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Os Líderes da Aliança Democrática deverão discutir com os Líderes dos demais partidos a proposta do pacto político, ponto de partida para a realização de um pacto social.

Chiarelli prevê que se a discussão do pacto político for deflagrada de imediato dentro de dois meses poderá ser iniciado o debate sobre o pacto social, juntando-se aos partidos políticos outros segmentos da sociedade. Ele acha que um primeiro impulso foi dado pelo próprio Presidente Sarney, quando recebeu no Palácio do Planalto simpatizantes dos partidos comunistas.

Um dos primeiros trabalhos do pacto político será a discussão e revisão das leis instituídas nos Governos anteriores — o chamado entulho do autoritarismo — como a Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei Falcão e Lei de Imprensa. Em seguida, começará a discussão do pacto social. No ano que vem os partidos políticos se dedicarão, conforme a previsão de Chiarelli, ao trabalho de mobilização da população para a Constituinte.

O Líder do Governo no Senado, Humberto Lucena, acrescentou que o Governo espera que, paralelamente, o Congresso tome a iniciativa de discutir e aprovar o restabelecimento de suas prerrogativas. Esta questão é vista como de iniciativa exclusiva do Congresso, mas que o Governo pretende prestigiar.



Sarney cumprimenta Fernando Henrique, que chega para a reunião do Conselho Político

Ulysses designado pelo Presidente para coordenar o pacto político

BRASILIA — O Presidente José Sarney atribuiu ontem ao Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, a função de coordenar a realização do pacto político que faz parte do chamado Projeto Nova República. Os dois tiveram um encontro no Palácio do Planalto momentos antes da reunião do Conselho Político do Governo.

— No momento só posso ficar em uma preliminar, mas o que estiver nas minhas forças farei para ajudar o Governo — disse Ulysses, à tarde, no Congresso.

A reunião entre Sarney e Ulysses foi confirmada por uma fonte do Governo e a designação do Presidente do PMDB como coordenador do pacto político foi explicada pelo Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB no Senado. Segundo ele, a tarefa de Ulysses será organizar e dirigir os encontros entre os dirigentes partidários que participarão do Projeto Nova República. O primeiro a ser procurado será o Presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Os dirigentes dos partidos comunistas também serão procurados por Ulysses

Lyra apresenta decreto que cria grupo de debate constitucional

BRASILIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, anunciou ontem após a reunião do Conselho Político do Governo, que a convocação formal da Constituinte e a criação da comissão para elaborar um anteprojeto da Constituição serão discutidas por todos os partidos, como um item do "grande pacto político" planejado pelo Presidente José Sarney. Lyra levou ao Presidente a minuta do decreto criando a comissão, mas disse que este só será assinado no curso do entendimento com os partidos, pois "o Presidente não quer que o decreto atropela os acontecimentos".

Segundo o Ministro, o problema não é a comissão, mas a forma de se convocar a Constituinte a ser eleita em 1986, que deverá ser discutida entre todos os partidos. Lyra afirmou que as duas medidas devem ser encaminhadas "concomitantemente", dentro do plano global do Presidente Sarney, "no menor prazo possível".

O Ministro afirmou que é urgente a necessidade de um entendimento entre todas as lideranças políticas, em um pacto político que anteceda o pacto so-

cial. Lyra disse que sua colaboração ao pacto político será a de fazer um entendimento com todos os partidos sobre a forma de se convocar a Constituinte — o que pode ser feito em mensagem ao Congresso — e a maneira de organizar o debate sobre o assunto por parte do Executivo. Em sua opinião, os partidos devem "tocar" seus debates sobre a Constituinte, assim como também a sociedade.

O Ministro da Justiça deverá manter contato com o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e demais Líderes da Aliança Democrática, para discutir o início dos entendimentos com a Oposição, quando "vamos nos sentar à mesa com todos os outros partidos".

Apesar da criação da Comissão Pré-Constituinte ser um item do programa do Governo para o pacto político, o Ministro não acredita que os partidos de oposição, como o PDS, por exemplo, venham a indicar nomes para sua composição. Segundo ele, a lista dos 33 "nomes básicos" escolhidos pelo Presidente Tancredo Neves já está em mãos do Presidente Sarney, que indicará outros.

Lição da História

A se confirmarem os rumores, a Comissão Pré-Constituinte que está sendo montada em Brasília corre o risco de tornar-se uma espécie de gigante microcéfalo. A idéia de formá-la, entretanto, obedeceu a propósitos bem diferentes.

Nas vésperas de adoeecer, Tancredo Neves convidou Afonso Arinos de Melo Franco para presidir os trabalhos de elaboração do esboço de Constituição a ser oferecido, no fim deste ano, ao debate da sociedade e, depois das eleições de novembro de 1986, encaminhá-lo à Constituinte já aprimorado por tal debate. Arinos aceitou o convite. No dia 15 de março, em plena recepção no Itamaraty, o Presidente José Sarney conversou como ex-Chanceler, rapidamente, sobre o tema, reiterando a missao que lhe atribuíra Tancredo.

Dias depois, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, acompanhado do jornalista Mauro Santayana, visitou Afonso Arinos em sua casa, oferecendo-lhe o apoio logístico do Ministério para a atividade a que iria se lançar. Arinos agradeceu e adiantou que já tinha quase pronto um trabalho preliminar, que esperava fosse impresso pela Gráfica do Senado, para distribuir entre os setores interessados, como primeiro passo para a montagem do projeto de Constituição. Lyra colocou à sua disposição os

serviços gráficos do Ministério da Justiça.

Foi assim com surpresa que o professor Afonso Arinos tomou conhecimento pelos jornais de que já vai adiantado o número de personalidade convidadas para a Comissão, sem que ele tenha sido ouvido sobre coisa alguma. Até porque, quando for e se for, ele pretende recordar o ocorrido com Getúlio Vargas em 1932.

Getúlio governava com o Ato Adicional, desde a Revolução de 30; mas, embora conseguisse sufocar a Revolução Constitucionalista de 32, as pressões se avolumaram, na exigência de um regime constitucional. O ditador, nada desejoso de abrir mão dos poderes excepcionais, organizou uma Comissão Constitucional enorme, com a sábia certeza de que dali não sairia nada. E, de fato, essa Comissão nunca se reuniu, a não ser uma única vez, para aprovar o projeto de Constituição elaborado por uma pequena subcomissão.

Chamou-se essa subcomissão "Comissão do Itamaraty", por se reunir no palácio desse nome, e tinha a presidência o Chanceler Afrânio de Melo Franco, pai de Afonso Arinos. Que, por sinal, se for investido da tarefa nos termos em que se disporia a aceitá-la, gostaria de, como o pai, realizar seu trabalho em dependências do Itamaraty, o do Rio.